



9 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 7 de abril de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
0,5% São Paulo	127.548	R\$ 5,065 (+ 0,29%)	R\$ 1.412	R\$ 5,489	10,65%	10,62%	IPCA do IBGE (em %)
0,8% Nova York	126.795	Últimos					Outubro/2023 0,28
	2/4 3/4 4/4 5/4	1/abril 5,059					Novembro/2023 0,28
		2/abril 5,058					Dezembro/2023 0,56
		3/abril 5,040					Janeiro/2024 0,42
		4/abril 5,050					Fevereiro/2024 0,83

MORADIA

Deficit habitacional atinge 20 milhões

Pesquisa do setor da construção civil aponta a falta de cerca de 6,3 milhões de habitações. Para suprir essa carência, o investimento deveria ser de quase R\$ 1 trilhão. Representantes preveem retomada em 2024, após um ano de estagnação

» HENRIQUE LESSA

São Paulo — O país tem um déficit de 6,3 milhões de casas de interesse social, atingindo 20 milhões de brasileiros sem moradia ou vivendo em uma habitação inadequada, é o que aponta o estudo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

O estudo, divulgado na semana passada na Feicon, maior feira do setor, em São Paulo, também indica que o patamar de investimento realizado em habitação de interesse social atende apenas à demanda provocada pelo crescimento populacional. É insuficiente para reduzir o déficit de moradias no país.

Para o presidente da CBIC, Renato de Sousa Correia, é fundamental que o país amplie a capacidade de produção de moradias de interesse social a fim de zerar, nos próximos anos, o déficit habitacional.

“Nós temos ainda um déficit habitacional de mais de 6 milhões de casas, o que atinge 20 milhões de pessoas que não têm uma habitação adequada; ou sofrendo com um ônus excessivo de aluguel; gastando mais de 30% da renda; ou vivendo em coabitação familiar, com mais gente que a unidade comporta”, detalha o presidente da CBIC. “Além disso, existem situações em que há a falta de banheiro, estrutura de esgoto, água potável, até aquela parte da população que vive em situação de rua”, complementa.

Na avaliação do dirigente da câmara setorial, seria necessário o investimento de cerca de R\$ 1 trilhão para a construção de mais de 6 milhões de unidades de interesse social. O investimento público na construção civil retornaria, em um volume de tributos ao Estado brasileiro, quase 60% dos valores aplicados.

“Hoje precisaríamos investir quase R\$ 1 trilhão, se a meta fosse acabar com o déficit habitacional em 10 anos. Estaríamos falando de cerca de R\$ 100 bilhões ao ano em moradia de interesse social, com um retorno de aproximadamente 60% em impostos. O investimento previsto no Minha Casa Minha Vida para este ano é de cerca de R\$ 10 bilhões, ou seja, cerca de 10% do necessário para zerar o déficit habitacional em 10 anos”, aponta o dirigente.



“É bom para a sociedade que se façam mais casas. A pessoa que vai para dentro da sua casa, melhora a segurança, a produtividade”

Renato Correia,
presidente da CBIC

Mas Correia lembra que o problema da habitação de interesse social não pode ser apenas do governo central — estados e municípios deveriam se empenhar também nesse esforço para suprir esse déficit.

Segundo o representante do setor, ampliar o acesso à moradia social também impacta positivamente nas pessoas. “É bom para a sociedade que se façam mais casas. A pessoa que vai para dentro da sua casa melhora a segurança, a produtividade”, conta. Ele acrescenta outra vantagem da moradia social. “Pelo histórico da Caixa Econômica, quem entra para dentro da sua casa, mesmo podendo pagar o empréstimo, pelo programa Minha Casa Minha Vida, em até 35 anos, na média, esses novos proprietários quitam seus financiamentos em apenas 15 anos”, observa.

Reforma tributária

O segmento da construção civil aprova a reforma tributária, mas defende que o setor, entendido como estratégico, não tenha a carga tributária aumentada. “Queremos que seja mantida a carga”, sustenta Correia. “Um segundo ponto é que o setor tem muitas variáveis. Mas para os empreendimentos que já estão em curso, é preciso uma

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Condomínio de programa habitacional: seria preciso investir R\$ 1 trilhão para zerar a falta de moradias no país, segundo cálculos do setor

regra de transição”, argumenta.

Para o presidente da CBIC, o acesso à casa própria é um direito previsto na Constituição, o que torna fundamental que o setor seja protegido na elaboração da legislação que regulamenta a Reforma Tributária. Essa seria uma condição fundamental para esse segmento estratégico não acabar prejudicado.

Mas o dirigente setorial pondera que algumas mudanças da Reforma Tributária, somadas a políticas públicas do governo federal, devem ser muito positivas para impulsionar a industrialização e o avanço do setor da construção civil. Ele lembra que o custo da mão de obra no país ainda é bem menor do que o praticado em outros países, o que deve sofrer pressão pela ampliação no nível de emprego no país.

“Temos o PAC, que é de infraestrutura; o Minha Casa Minha Vida dentro desse PAC; tem o Nova Indústria Brasil, que é um programa de melhoria de competitividade da indústria; e temos a reforma tributária, que melhora a condição de industrialização pela não cumulatividade. Além disso, estamos chegando a patamares de empregabilidade interessantes. Isso contribui para a industrialização, sair da construção 2.0, que é a do tijolinho, para uma construção mais industrializada, 4.0”, aponta Correia.

Juros

O ano de 2023 registrou crescimento zero no setor, em consequência de juros ainda altos e da falta de investimento público em programas habitacionais. Programas como o Minha Casa Minha Vida só ganharam fôlego na segunda metade do ano. Para 2024, é esperada uma retomada.

O fator mais importante para a expectativa positiva é a redução na taxa básica de juros, que vem caindo nas últimas reuniões do Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central (BC). Para Correia, para o setor conseguir fôlego no crescimento, a taxa Selic precisa estar abaixo dos 10% ao ano.

O repórter viajou a convite da Feicon

Leia mais na página 10

Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

EDIÇÃO Nº 943 | ANO 49

7 DE ABRIL DE 2024 | BRASÍLIA/DF



JK SHOPPING

NOVA OPÇÃO DE MODA CHEGA AO MALL

A rede varejista Caedu chegou ao JK Shopping. A marca possui 80 lojas no Brasil. O foco é atender clientes com moda masculina, feminina e infantil. A unidade de 687 m² recebeu um investimento de R\$ 3 milhões.

Para a inauguração, a rede fez promoções especiais, com descontos adicionais para clientes que comprassem com o cartão da marca. Além disso, a loja teve atrações especiais, como DJ, roleta de prêmios, carrinho de pipoca e outros atrativos.

Para Paulo Octávio, que esteve presente à inauguração, a chegada da Caedu a Brasília mostra a força do JK Shopping. “É uma marca com 49 anos de história e um faturamento sólido, na casa de R\$ 1 bilhão. A escolha pelo nosso empreendimento mostra que ele está consolidado como opção de compras entre os varejistas do país”, disse.

www.paulooctavio.com.br

Henrique Lessa



Renato Correia: 60% dos investimentos retornam em tributos